

## Conferências de cultura: sobre metodologias organizacionais, eleições e produção de representatividade política

Lorena Avellar de Muniagurria<sup>1</sup>

### Resumo:

A partir do caso da III Conferência Nacional de Cultura de 2013, proponho analisar uma série de procedimentos que constituem esse tipo de encontro e que permite que tais reuniões operem e cumpram com sua finalidade – qual seja, a de produzir delegados e propostas “representativas” da “cultura brasileira”. Veremos que, graças à transformação dos muitos “municipais” e “estaduais” das etapas iniciais nos delegados e propostas “nacionais” finais, a própria cultura brasileira é produzida como totalidade a ser representada. Pois, apesar de ser operado uma redução do número de delegados e propostas ao longo do processo, este é percebido como construção e acúmulo, e não como perda ou exclusão, incorporando no reduzido conjunto final a potência proveniente da participação massiva inicial. O curioso é que a garantia de construção de representatividade política é atribuída, em grande medida, à qualidade da “metodologia” e dos procedimentos organizacionais utilizados. Calendário para as etapas; temário; sistemas de discussão e de construção de propostas; sistemas de votação – variados procedimentos mostraram ter efeitos sobre os processos e resultados das conferências e, via de regra, tiveram esses efeitos reconhecidos por organizadores e participantes. Contudo, enquanto uns eram percebidos como “políticos” (caso das eleições), outros o eram como meramente “técnicos”. Proponho, então, pensar a relação entre técnica e política atentando para a eficácia e para os efeitos desses procedimentos, mas também para os usos negociações e disputas que envolvem.

**Palavras-chave:** conferências de cultura; técnica e política; antropologia da política;

Em 2013, no âmbito de uma etnografia mais ampla, dedicada a pesquisar a atuação da chamada sociedade civil na construção de uma “política nacional de cultura” que ocorreu durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), tive ocasião de acompanhar o ciclo de conferências que integraram a III Conferência Nacional de Cultura/CNC.<sup>2</sup> Neste artigo, tendo em mente essa pesquisa, mas aprofundado o caso da

---

1 Doutora em Antropologia Social (USP/2016) e pesquisadora associada ao ASA – Coletivo Artes, Saberes e Antropologia (PPGAS/USP).

2 Trata-se da pesquisa que embasou minha tese de doutorado, defendida em 2016 junto ao PPGAS/USP. Orientada pela Profa. Dra. Fernanda Peixoto e financiada pela FAPESP, a tese intitulava-se *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura* (Muniagurria, 2016). Com foco na atuação da chamada sociedade civil, e tendo por base uma etnografia multi-situada que partiu de instâncias de participação vinculadas ao Ministério da Cultura, a pesquisa seguiu o deslocamento de pessoas que viajavam para atender reuniões que ocorriam em cidades diversas, cruzando fronteiras entre as esferas da federação, e entre espaços associados ora ao Estado, ora à cultura. O material utilizado para este artigo corresponde, particularmente, a parte do campo realizado em 2013, quando tive ocasião de acompanhar 6 conferências integrantes do ciclo da III Conferência Nacional de Cultura: quais sejam, as municipais das cidades de Curitiba (PR) e São Paulo (SP); as estaduais do Paraná (Guarapuava/PR) e de São Paulo (São Paulo/SP); a Nacional (Brasília); e a Conferência Livre das Culturas Populares e Tradicionais (São Paulo/SP).

III CNC, proponho analisar uma série de procedimentos que constituem esses encontros e que mostraram ser importantes para a produção de representatividades e legitimidades políticas. Pensando em particular a relação entre o que é tido como “técnica” e como “política” no universo pesquisado, o objetivo é evidenciar a eficácia de elementos metodológicos e organizacionais, considerando não apenas os procedimentos em si, mas também os usos, as negociações e as disputas de que eles são objeto. Primeiramente, situo a proliferação desse modelo de conferências em um contexto de valorização da participação da sociedade civil, e faço uma breve descrição do que são essas conferências e ciclos de conferências nacionais que passaram a ser realizados no Brasil. No item dois, aprofundo essa exposição a partir da análise do que pode ser chamado forma-conferência, e procuro mostrar como estamos diante de uma estrutura institucional que é produtora não apenas de propostas e resoluções, mas também de representantes, e das próprias coletividades e totalidades a serem representadas. Finalmente, passo à análise de alguns procedimentos organizacionais e metodológicos que mostraram ser importantes na construção de representatividades e legitimidades políticas, procurando atentar para a relação existente entre o que é concebido como técnica e como política no contexto pesquisado.

### **1. Conferências nacionais, democracia participativa e a sociedade civil como fonte de legitimidades políticas**

Conferências com ampla participação da chamada sociedade civil, tais como as que observei, são um fenômeno relativamente recente, e que viveu um aumento significativo de ocorrências nas últimas décadas. Ao longo dos anos 1990, na esteira da redemocratização do Brasil, elas passaram progressivamente a fazer parte da gestão pública no país, e ganharam novo impulso durante as gestões Lula (2003-2010), quando a “participação social” chegou a ser pensada como uma política pública em si mesma (Pogrebinski; Santos, 2011; Avritzer, 2013).<sup>3</sup> Num plano internacional, também houve

---

3 A primeira conferência nacional realizada no Brasil ocorreu em 1941, e foi dedicada à área da saúde. Mas foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que ela passou a ser prevista oficialmente como recurso para a participação social e para a gestão pública no país. Desde então, a proliferação desse tipo de encontro foi significativa, particularmente a partir do primeiro governo Lula. Entre 1941 e 2002, foram realizadas 41 conferências nacionais; já entre 2003 e 2012, foram 87 conferências nacionais (IPEA, 2012). Para os anos de 2013 e 2014, a previsão era de que mais 19 fossem realizadas (SNAS, 2013). Além da proliferação de espaços participativos como conferências e conselhos gestores durante os governos Lula, outra evidência importante da centralidade da chamada democracia participativa nessas gestões foi a proposta de uma Política Nacional de Participação Social/PNPS, que foi instituída a partir da promulgação do Decreto presidencial nº 8.243 de 2014.

aumento de práticas ditas participativas, e o recurso a conferências foi também especialmente utilizado – haja visto, por exemplo, as Conferências Mundiais organizadas pela ONU (Góes, 2003; Tabbush, 2005). Seja no Brasil, seja nos organismos internacionais, a realização desse tipo de encontros parece ter sido associada a uma crescente valorização da participação da sociedade civil, que se constituiu como importante fonte de legitimidade para governos e sistemas de gestão pública nacional, e também para a governança global.

O caso aqui considerado – das políticas públicas brasileiras para a cultura – situa-se então nesse panorama mais amplo, mas deu-se em um contexto imediato bastante particular, pois a institucionalização de espaços participativos (como as conferências, mas também como conselhos e colegiados de cultura, entre outros) foi concomitantemente e parte integrante da instauração de um novo paradigma de política pública cultural no país. Ainda em 2003, durante a muito comentada e elogiada “reestruturação do Ministério da Cultura” levada a cabo pela gestão de Gilberto Gil (2003-jul/2008), deu-se início à construção de uma “política nacional de cultura”, na qual a participação social veio a ser central. A proposta era a de construir uma “verdadeira” política nacional para a área – quer dizer, não mais ações isoladas, nem uma “política de governo”, mas uma verdadeira “política de Estado”, com um arcabouço jurídico e um aparato institucional que permitissem a realização de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada e sistemática (MinC, 2007; 2011).

A participação da sociedade civil nesse processo foi significativa, e não apenas durante o período de formulação da política em questão, mas também como elemento estruturante da política finalmente desenhada.<sup>4</sup> Por exemplo, o Plano Nacional de Cultura, considerado um dos principais arcabouços jurídicos e conceituais para a área, foi construído a partir das propostas aprovadas na 1ª e na 2ª Conferência Nacional de Cultura (realizadas, respectivamente, em 2005 e 2010), vindo a ser aprovado como Lei Federal ainda em 2010. Assim também, instâncias participativas como conferências e conselhos de cultura são hoje elementos obrigatórios dos sistemas municipais e estaduais de cultura, que integram o que veio a ser o Sistema Nacional de Cultura/SNC.<sup>5</sup>

---

4 Trabalhos que analisam a construção da política nacional de cultura costumam destacar a importância da sociedade civil. Muitos deles adotaram uma narrativa celebratória, bastante semelhante à produzida pelo Ministério, ignorando, por vezes, a existência de conflitos e de críticas à atuação do MinC e também aos limites da participação social. Contudo, de fato há um surpreendente consenso entre gestores, militantes e pesquisadores em relação a ter existido, especialmente durante a gestão Gil, um espaço sem precedentes para o diálogo entre “Estado” e “sociedade” na área da culturais.

5 Conferências e conselhos dois dos cinco elementos obrigatórios nos sistemas de cultura integrantes

Um dos resultados mais significativos dessa participação é que pessoas que tomaram parte do processo se sentem (co)autoras da política instituída, reconhecendo suas ideias e proposições em documentos e arcabouços jurídicos que estruturaram a política nacional. Durante o trabalho de campo, em mais de uma ocasião, vi representantes da sociedade civil apontarem formulações ou proposições presentes no Plano Nacional de Cultura, em algum dos Planos Setoriais ou em outras leis importantes para o SNC afirmando terem sido os autores da ideia, de terem sido o responsável por levar a proposição a uma conferência ou grupo de trabalho, ou mesmo de terem colaborado diretamente na redação que, finalmente, veio a ser aprovada em lei. Percebe-se, portanto, a importância da participação da sociedade civil na construção de legitimidades políticas: graças a ela, a política resultante é vista como produto direto da “demanda popular”, e como fruto da “participação” e da “luta” de todos.

As conferências não foram a única instância participativa existente nesse processo. Elas funcionaram junto com outros espaços: havia também conselhos e colegiados de cultura, e uma série de outros formatos de reuniões e eventos, tanto na esfera federal quanto nas estadual e municipal.<sup>6</sup> De modo geral, as reuniões dos vários espaços participativos institucionalizados que pesquisei corresponderam a um tipo de encontro altamente formalizado e configurado, e foram frequentemente descritas pelos representantes da chamada sociedade civil como reuniões “burocráticas”, “com o governo” ou “com cara de governo”. Apesar de possuírem metodologias e modelos distintos entre si, esses espaços compartilhavam de princípios organizacionais gerais bastante difundidos: estipulavam a necessidade de chamamento público, de regras de funcionamento pré-definidas e de registro escrito dos acontecimentos e decisões.

De todas as “reuniões com o governo” de que participei, as conferências são certamente pensadas como o espaço de participação da sociedade civil mais

---

do SNC (PNC, 2011). O SNC pode ser tomado como a principal tradução institucional da política nacional de cultura formulada no período considerado (Muniagurria, 2016). A exemplo de outros sistemas de gestão pública setoriais, como o Sistema Único de Saúde/SUS ou o Sistema Único de Assistência Social/SUAS, o SNC tem por objetivo propiciar e coordenar uma gestão compartilhada entre os governos das três esferas da federação e com a sociedade civil.

6 O principal espaço de participação permanente na área da cultura é o Conselho Nacional de Políticas Culturais/CNPC. Na esfera nacional, existem também colegiados setoriais (atualmente, em número de 18; são órgãos vinculados ao CNPC, dedicados a setores particulares da cultura). Essa estrutura de conselho, colegiados e conferência é replicada nas esferas estadual e municipal, e está implementada em estados e municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura. Fora eles, existem ainda diversos tipos de comissões, grupos de trabalho e diversos outros tipos de reuniões que preveem a participação da sociedade civil. Para mais detalhes sobre a estrutura de espaços participativos na área cultural brasileira, ver Muniagurria (2016).

significativo. Sua legitimidade como espaço primordial da sociedade civil parecia advir, em grande medida, de sua escala, que envolve um impressionante número de pessoas não apenas na etapa final (nacional), mas também nas etapas preparatórias, em que acontecem conferências municipais e estaduais ao longo de todo o país.<sup>7</sup> Mas outros fatores parecem importantes, para além da escala. Um deles são as formas de recrutamento dos participantes que, como veremos, implicam em uma série de eleições, em etapas sucessivas – o que diferencia essas conferências, e também os conselhos gestores contemporâneos, das conferências e conselhos “de notáveis” que existiram no país em décadas anteriores.<sup>8</sup> Outro fator que vi ser frequentemente apontado, tanto nos discursos do Ministério como na fala de muitos militantes da cultura, era a percepção de que conferências seriam mais do que “meros processos eleitorais”, de que elas seriam ocasião de “discussões qualificadas”.

Mas afinal, o que são essas conferências? A primeira coisa a dizer é que elas são reuniões – e grandes reuniões. Como já foi colocado, são também encontros de participação social – quer dizer, preveem a presença de representantes tanto da sociedade civil, quanto do governo, e têm por objetivos favorecer o diálogo entre essas partes e garantir a participação da sociedade na elaboração, na avaliação e no acompanhamento das políticas públicas de cultura do país. Diferentemente de conselhos e colegiados de cultura, que são fóruns “permanentes” com uma agenda de reuniões ordinárias anuais, conferências nacionais são grandes eventos que têm previsão de serem realizados a cada quatro anos, e envolvem portanto uma enorme mobilização de recursos humanos e financeiros.

A estrutura mais geral desses encontros é a mesma de conferências realizadas em outras áreas (como na Saúde, Assistência, Educação, etc). O ciclo de uma conferência nacional conta com três etapas principais, podendo eventualmente existir etapas intermediárias: na primeira, conferências municipais elegem delegados e

---

7 Na III Conferência Nacional de Cultura, por exemplo, foram mais de 3.500 conferências municipais; se considerarmos também as etapas estadual e nacional, foram em torno de 450 mil participantes. A etapa final (do encontro nacional), sozinha, contou com 953 delegados; e, se somados também convidados, observadores e profissionais que trabalharam no evento e na cobertura jornalística, foram ao todo 1.745 participantes.

8 Os chamados “conselhos de notáveis” que existiram desde a década de 1930, ou mesmo as conferências que vieram a ser realizadas pouco depois, também eram compostos por pessoas da sociedade civil, mas são hoje considerados modelos pouco democráticos e pouco representativos pois, além de serem conjuntos reduzidos (em comparação aos conselhos e conferências contemporâneos), seus integrantes eram escolhidos pelo poder executivo e eram, em geral, recrutados em camadas de elites.

propostas que serão “enviadas” às respectivas conferências estaduais; na segunda, conferências estaduais elegem delegados e propostas para a conferência nacional; finalmente, na etapa final, a conferência nacional elege um conjunto de propostas finais, que constituirão as diretrizes ou prioridades para o período em questão.<sup>9</sup> Conferências nacionais são convocadas pelo poder executivo (que estabelece o calendário das etapas preparatórias municipais e estaduais; define o temário, com os eixos e sub-eixos que serão discutidos na conferência; e propõe também as metodologias e regras gerais de trabalho). Os governos municipais e estaduais são responsáveis por organizar suas respectivas conferências, devendo atender às regras estabelecidas. Percebe-se então, que, curiosamente, apesar de conferências serem pensadas como espaço primordial de atuação da sociedade civil, elas são, na verdade, eventos fortemente modulados pelo governo, pois as prerrogativas dos poderes executivos em relação à convocação e à definição de calendário, temário e proposta inicial de regimento interno lhes garante a possibilidade de determinar, em grande medida, o formato e as metodologias que serão utilizadas.

Durante a reunião, propriamente dita, o “trabalho” realizado passa por distintos momentos. Conferências começam com toda a plenária reunida, que deve aprovar, via voto, o regimento interno. Seguem então para o que é considerado seu motivo e objeto central: a formulação e discussão de propostas. Esse processo é feito em grupos de trabalhos/GTs, que são organizados conforme os eixos e sub-eixos temáticos da conferência, sendo divididos entre eles o conjunto total de delegados e também o de propostas. Usualmente, o trabalho sobre as propostas conta com etapas intermediárias, em que subgrupos menores preparam um conjunto de propostas que, posteriormente, são retrabalhados e votados por subgrupos maiores. Finalmente, conferências encerram-se novamente com a plenária inteira reunida, que elege as propostas finais.

É importante explicitar que essa breve descrição privilegia uma dimensão particular das conferências – aquela relativa aos momentos oficiais de trabalho, que frequentemente é a considerada por trabalhos dedicados a estudar desenhos institucionais e funcionamentos desse tipo de espaço participativo. Contudo, tal

---

9 Há casos onde, além das três etapas obrigatórias, existem outras. Podem ser realizadas (i) conferências distritais ou territoriais, internas a um mesmo município, enquanto etapas preparatórias para a conferência municipal. Pode haver (ii) conferências intermunicipais ou regionais, anteriores à etapa estadual, em particular quando municípios não possuem condições de organizar individualmente suas próprias conferências. E são realizadas, também, (iii) conferências livres, que permitem temários particulares (distintos do estabelecido pelo MinC), e que podem ser promovidas tanto por iniciativa do poder público quanto de grupos da sociedade civil.

dimensão não existe separada de outras, igualmente importantes. Há os momentos extra-oficiais de trabalho (por exemplo, durante refeições e intervalos, em que muitas vezes os delegados continuam a trabalhar sobre as formulações de propostas, ou a articular alianças com vistas a garantir a votação necessária para aprovar as propostas que defendem). E há, também momentos tanto oficiais quanto extra-oficiais de festa. Participar de uma conferência é uma experiência muito intensa, e para todas as pessoas que conheci, significou experienciar essas distintas ocasiões. Ela parece existir em um tempo e um espaço próprios e condensados, dada a própria concentração física e temporal do evento, em que tudo – hospedagem, refeições, reuniões de trabalho, festas e atividades paralelas – acontece em poucos dias (em geral, entre dois e cinco) e não raro em um único local. Isso é especialmente verdadeiro no caso dos encontros de caráter estadual e da etapa nacional, que implicam em viagens e em grandes reuniões. Conferências têm também o interessante efeito de, simultaneamente, contrastar e integrar o clima e os momentos de “festa” com os de “trabalho”: há grupos de trabalho dedicados a discutir e formular as propostas; há rodas de troca de experiências, em que delegados dividem relatos sobre suas realidades, lutas e demandas; e há também conversas de bar e de corredor, além de shows e de festas de formatos variados.

Há, portanto, muito trabalho, mas também muita festa. Grandes encontros como as conferências nacionais são, não por acaso, frequentemente descritos como “grande festa da cidadania”, ou “grande festa da democracia”. Apesar de os participantes normalmente distinguirem os momentos de “trabalho” dos de “festa”, é possível dizer que muitas das situações de uma conferência possuem simultaneamente ambas as qualidades. Tudo em uma conferência é, em alguma medida, festa – e muitos concordaram também que tudo é, em certa medida, trabalho.<sup>10</sup> Apesar do foco deste trabalho ser nas ocasiões formais de trabalho, deve-se ter em mente que a etnografia realizada mostrou que ambos tipos de momentos são importantes, não apenas do ponto

---

10 Há uma vasta bibliografia que analisa as festas como eventos rituais e que destaca o poder que elas possuem para aproximar e vincular indivíduos (ver, por exemplo, Amaral, 2001; e Perez, 2012). Essas referências podem ser úteis para, mais do que pensar a festa como evento específico, atentarmos para o caráter festivo de certos modos de sociabilidade que podem se fazer presentes em diversos tipos de eventos e ocasiões – inclusive, nos momentos ditos de trabalho e de discussão política, e não apenas durante os shows ou danças. Simetricamente, as sociabilidades próprias aos momentos de trabalho também mostraram ser fontes de vínculos e experiências muito intensas, especialmente quando foram marcadas por um momento de tensão ou uma tarefa trabalhosa, que tenha demandado dinâmicas de parceria para ser superado (por exemplo, quando um pequeno grupo de delegados, não raro desconhecidos entre si, assumiam a tarefa de “fechar” as propostas do GT em que participavam, abrindo mão de almoçar ou de jantar para poder lançar mão desse tempo e, assim, garantir proposições melhor redigidas).

de vista das experiências dos participantes, mas também dos seus resultados oficiais de uma conferência: as ocasiões extra-oficiais de trabalho, os momentos de socialização, as festas, todos contribuem para a construção das propostas, da legitimidade de delegados, e para a construção das próprias totalidades a serem representadas.

## **2. A “forma-conferência”: produção de representatividades e de totalidades a serem representadas**

Uma conferência como as analisadas não existem isoladamente: seus sentidos, objetivos, funcionamentos e tudo o que ela implica e produz existe como parte de um ciclo mais amplo de conferências. Por sua vez, o ciclo de uma conferência nacional tampouco existe isoladamente, pois faz parte de um emaranhado institucional que vincula instituições de naturezas diversas (“políticas” e “culturais; do “Estado” e da “sociedade civil”) e que existentes em múltiplos níveis (municipal, estadual e nacional).<sup>11</sup> Essa observação é fundamental porque, a exemplo de autores como Riles (2000 e 2006), defendendo que o formato de reuniões possuem uma eficácia que lhes é própria, com efeitos importantes sobre as dinâmicas que elas abrigam. Contudo, não se trata aqui de propor uma análise “interna” de uma conferência. Pelo contrário: é ao observar esses espaços em funcionamento, e nas relações que eles estabelecem com outros espaços, aliando a análise dos efeitos dos procedimentos operacionais e metodologias ao uso que deles são feitos, que a potência e a eficácia do que chamo de forma-conferência se mostram em toda sua plenitude. Defender a existência de uma eficácia própria, então, não significa defender a existência autônoma de um evento como uma conferência: é justamente por metodologias e procedimentos serem eficazes, que há intensas disputas em torno da possibilidade de sua definição, assim como há tentativas de instrumentalizar e manipular regras e metodologias – e essa relação entre eficácias e usos será importante para pensarmos a relação entre “técnica” e “política”.

Vejamos então, com um pouco mais de detalhes, como funciona essa forma-conferência, e o que ela produz. As já referidas etapas de um ciclo de conferência –

---

11 O próprio caso da III Conferência Nacional de Cultura aqui tratado é um bom exemplo disso. Em 2013, essa conferência foi pauta em todos os espaços participativos que acompanhei, assim como o foi também nas redes de militância da sociedade civil que conheci durante o trabalho de campo. Em muitas dessas instâncias, houve investimentos prévios na preparação de propostas, na escolha de quem procurariam eleger como delegados nas conferências, e em como poderiam participar e tentar influenciar no processo de construção das mesmas. Naquele ano, portanto, a III CNC foi evento central no emaranhado institucional que eu investigava – tomei a expressão “emaranhado institucional” de empréstimo de Vianna (2015).

municipal, estadual e nacional – constituem um processo que se dá no espaço e no tempo: ao longo do território brasileiro, e durante o ano de conferência. As conferências municipais são a porta de entrada para representantes da sociedade civil no ciclo, e são também a principal porta de entrada para propostas – pois, a partir da etapa estadual, a possibilidade de criação de novas proposições é reduzida, correspondendo aos delegados principalmente trabalhar sobre as formulações vindas das conferências anteriores.<sup>12</sup> Nesse processo, então, pessoas e propostas seguem os mesmos caminhos, sendo “enviados” para a etapa subsequente através de um mecanismo no qual, a cada passagem de nível, ocorre uma seleção e uma redução dos seus números totais. Desse modo, é estabelecida uma relação hierárquica entre as sucessivas etapas, sendo as anteriores englobadas pelas subsequentes, e resultando em que o total de propostas e de delegados participantes na etapa final (nacional) é menor do que a soma total de pessoas e propostas que participaram no início do processo.

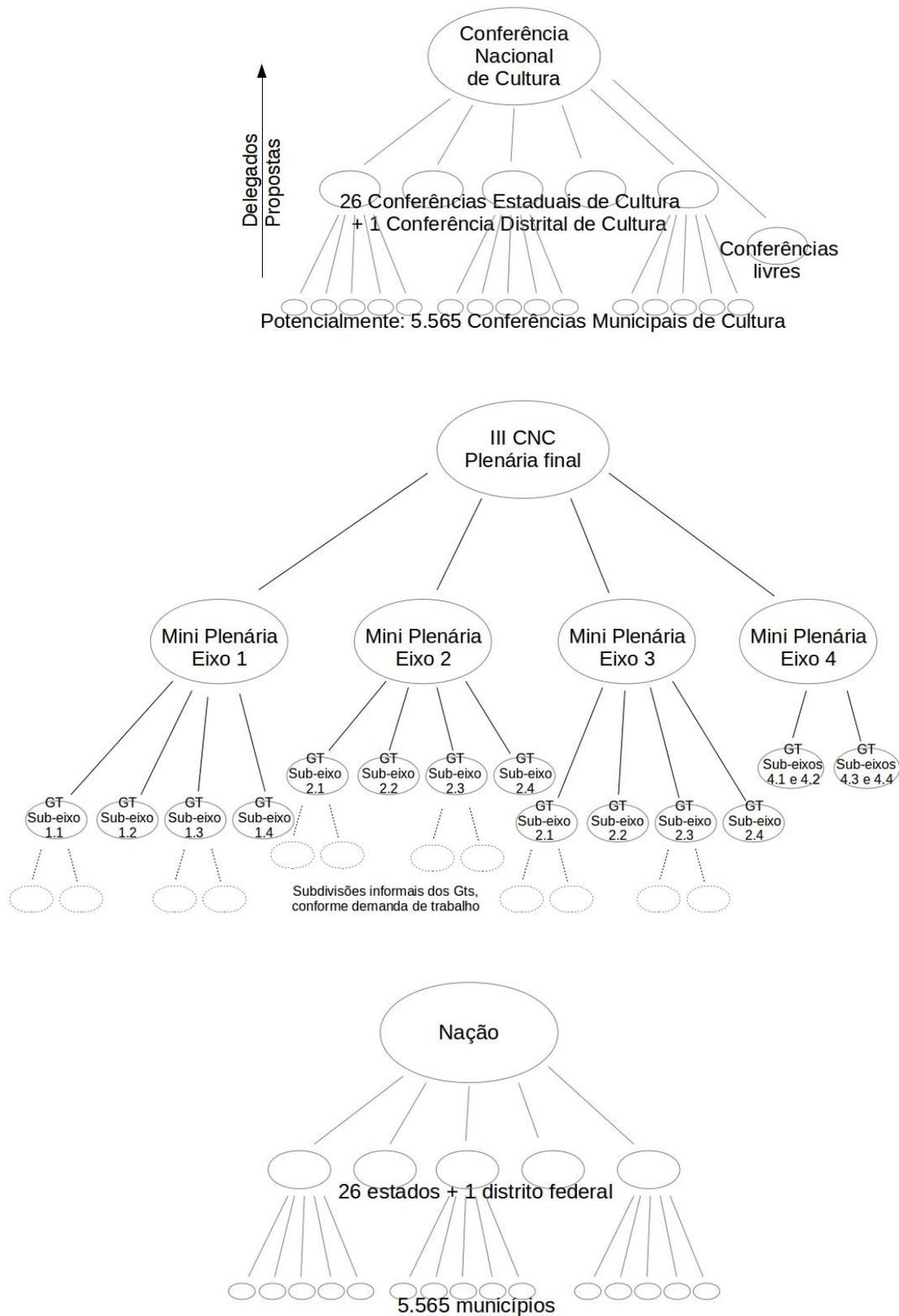
Contudo, apesar de menor do que o conjunto total, a etapa final, constituída por uma única instância (“a plenária final da conferência nacional”), é capaz de representar todas as anteriores e, assim, funcionar como se fosse maior que qualquer uma das instâncias anteriores se consideradas isoladamente. É nesse processo, através dos mecanismos de afunilamento, que se constroem “representantes” e “legitimidades” – e, também, as próprias totalidades a serem representadas. Em campo, vi tal estrutura ser representada como uma figura piramidal, composta por uma base larga (correspondente às numerosas conferências das etapas iniciais) e por um estreito topo (representando o ponto final do processo, da etapa chamada “nacional”). Esse estreitamento da base ao topo expressa dois movimentos simultâneos: a redução do número de reuniões ou grupos em que as discussões acontecem; e a redução de participantes e de proposições presentes no processo, que são selecionados através de eleições.

É curioso, e importante, perceber que a mesma figura foi utilizada para descrever outros processos, distintos em natureza e também em escala, conforme pode ser verificado nas imagens apresentadas no Quadro 1. Por exemplo: tanto o ciclo total de uma conferência nacional, como cada conferência individual, pode ser pensada a partir dessa figura piramidal.

---

12 No caso de delegados governamentais, a situação é distinta, pois a indicação desses é prerrogativa dos respectivos governos municipais, estaduais e nacional. Assim, delegados governamentais estaduais podem não ter participado de uma conferência municipal, da mesma maneira que delegados governamentais nacionais podem não ter participado de uma conferência estadual.

**Imagem 1.** Comparação de representações piramidais: (i) Conferência Nacional de Cultura; Encontro Final da III CNC; (ii) Divisões dos grupos de trabalho durante o encontro nacional da III CNC (2013); (iii) Unidades Federativas do Brasil



Consideremos a etapa nacional da III CNC – a reunião “nacional” realizada em Brasília entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2013. Na representação que produzi desse encontro, vemos que a base da pirâmide é dada por (i) um grande conjunto inicial de grupos de trabalho (quase 30 subgrupos), que fizeram uma primeira triagem das 614 propostas iniciais; essa seleção foi então retrabalhada, em (ii) uma segunda etapa, no âmbito de 14 GTs, onde houve uma nova seleção de proposições; que foi então novamente retrabalhada em (iii) uma terceira etapa, constituída por apenas 4 mini-plenárias de eixo, onde o conjunto de propostas foi reduzido a apenas 64 propostas; que (iv) finalmente chegaram à eleição final, na plenária final da Conferência, em que o conjunto de todos os delegados participantes elegeu as 20 prioridades da III CNC.

Mas não apenas conferências foram representadas lançando mão dessa estrutura piramidal: também o Sistema Nacional de Cultura e seus sistemas municipais e estaduais são, por vezes, representados lançando mão dessa figura; e mesmo a relação simultânea de englobamento e de hierarquia presente na federação brasileira entre municípios, estados e nação costuma ser pensada dessa maneira. Trata-se, portanto, de uma estrutura formal que é capaz de produzir tanto legitimidade (representantes e propostas “legítimos”), quanto integração e totalidades (a conferência, a cultura brasileira ou mesmo o Brasil).<sup>13</sup> Assim, adjetivar as propostas aprovadas pela plenária da III Conferência Nacional de Cultura como “nacionais” implica, principalmente, que elas são consideradas representativas do conjunto da nação, propriedade adquirida graças ao trabalho realizado ao longo do processo de eleição de representantes e de propostas nas etapas preparatórias, agora englobadas.

Um sentido de “representação” que é interessante de evocar aqui é o de substituição e presentificação (Ginzburg, 2011): um delegado eleito para uma conferência pode falar e agir em nome de um conjunto de pessoas ou de instituições. Da mesma maneira, quando se diz que uma proposta ou uma conferência é “representativa”, esse parece ser o sentido acionado: os 953 delegados que participaram da etapa nacional da III Conferência Nacional de Cultura presentificavam as centenas de

---

13 O recurso à figura piramidal para representar a relação federativa é apenas uma maneira de se pensar a relação entre municípios, estados e Brasil. Encontrei em campo também outros regimes de representação aplicados a essa relação: há um regime, por exemplo, que representava as esferas da federação e os sistemas municipais e estaduais como círculos englobados por um círculo maior, que seria a “nação” ou “o Sistema Nacional de Cultura”, sugerindo que a relação entre as três “esferas” da federação seria menos de hierarquias e subordinações, e mais de movimentos coordenados – ver, por exemplo, imagens presentes em um documento do MinC sobre o SNC (MinC, 2011).

milhares de pessoas que participaram das etapas anteriores, assim como as 64 propostas aprovadas na III Conferência Nacional falam pelo conjunto imenso de propostas aprovadas nas várias conferências realizadas anteriormente.

Para ser considerada legítima, portanto, uma conferência nacional deve conseguir aprovar propostas que sejam (reconhecidas como) representativas do conjunto total de demandas e propostas vindas de toda a nação. Segue, como corolário, que as propostas aprovadas devem atender ao máximo de demandas do máximo de grupos e locais possível: como uma raiz principal, ela deveria ser capaz de absorver tudo o que vem através das raízes secundárias, terciárias, etc. A escala, como mencionei, é importante para essa construção de representatividade, mas apenas se associada a mecanismos que permitam “reduzir sem perder”, mantendo no conjunto sucessivamente menor de propostas e de delegados toda a potência presente naquele enorme volume inicial mobilizado pelas conferências municipais.

A fonte originária da potência e da legitimidade de uma conferência nacional, portanto, parece ser a participação que acontece na primeira etapa, das conferências municipais, mas que apenas pode ser efetiva na esfera nacional se passar por uma transformação que é não apenas quantitativa, mas também qualitativa, através da qual elementos considerados muito particulares são eliminados, enquanto outros são mantidos sob uma forma generalizada. Para citar um exemplo simples, porém eloquente: não corresponde encaminhar a uma conferência estadual ou nacional uma proposta que demande a construção de um teatro na cidade “x”. Contudo, frente ao acúmulo de propostas municipais que demandam teatros, bibliotecas ou centros culturais para cidades específicas, é possível construir uma proposta geral que dê conta das várias demandas particulares, consolidando-as em uma única formulação, por exemplo: “Construção de uma política nacional de estímulo à criação de equipamentos culturais em municípios brasileiros de pequeno e médio porte”. O que é apresentado como mera consolidação de propostas implica, portanto, uma transformação, que passa pelo uso de formulações e de linguagens que são tidas como sendo de evidente caráter técnico: as várias cidades demandantes convertem-se em “municípios brasileiros de pequeno e médio porte”; e as bibliotecas, teatros, centros culturais, etc., em “aparelhos culturais”.

**Figura 2.** Distintos procedimentos de eleição de propostas.

**Votação com crachás – Aprovação de Regimento, Conferência Estadual de Cultura de São Paulo – 2013**



**Votação com adesivos – Eleição final de propostas, Conferência Estadual de Cultura de São Paulo – 2013**



**Votação eletrônica: priorização de propostas, Conferência Nacional de Cultura, 2013**



### 3. Sobre técnica, política e construção de representatividades

Conservar a potência advinda da “participação massiva” da etapa municipal requer um conjunto de mecanismos que, se bem realizados, garantem o que parece ser uma redução sem perda, possibilitando que um conjunto de participantes e de propostas significativamente menor seja representativo de tudo o que se construiu desde as conferências municipais até a chegada na etapa nacional. É necessário produzir uma totalidade – a cultura brasileira – de modo que o documento final seja capaz de “falar” em nome do conjunto das vozes que compuseram aquele encontro. Dessa forma, a legitimidade da conferência, das propostas, e de todo esse processo está relacionada à maneira pela qual essa operação mágica, posto que de transubstanciação, é realizada: transformar muitos “municipais” e “estaduais” em um “nacional”. Seleção, eleição, redução, delegação, representação, transubstanciação: palavras talvez alienígenas entre si, mas úteis para pensar os processos e efeitos de uma conferência nacional.

E é aqui que surge um elemento interessantíssimo e fundamental: essa produção de representatividade é atribuída à metodologia. Quer dizer: a garantia de que a ampla diversidade cultural seja atendida e representada, mesmo após passar por sucessivas etapas de seleção e redução, seria possível graças a um conjunto de procedimentos operacionais. Se os caminhos que pessoas e propostas seguem até chegar à etapa nacional são os mesmos, os procedimentos pelos quais eles são selecionados os “enviados” à próxima conferência são distintos. Identifiquei três principais procedimentos metodológicos importantes por essa operação de reduzir sem perder: a eleição, prerrogativa dos delegados participantes nas conferências, que é o único procedimento a ser aplicado tanto sobre pessoas quanto sobre proposições; o trabalho de sistematização de propostas, feito pelas respectivas equipes organizadoras de conferências estaduais e da nacional, tarefa que tem por finalidade reduzir o conjunto de propostas vindas da etapa anterior; e o trabalho de redação e de consolidação de propostas feito pelos delegados durante as conferências.

***Eleição.*** Como adiantei, a eleição é prerrogativa dos delegados devidamente credenciados em cada conferência, e é um procedimento que se aplica tanto a pessoas como a propostas. Mecanismo associado ao exercício da cidadania, ela é reconhecida como ato político, sendo o único meio legítimo de retirar um delegado ou uma proposta do processo da conferência. Isso porque, apesar do voto ser exercido como ato positivo (afinal, vota-se nos delegados e nas propostas que se deseja enviar à próxima etapa, e

não naqueles que se deseja eliminar) ele tem como resultado simultâneo a exclusão de delegados e propostas não eleitos do processo de conferência.

No caso de eleição de delegados, não observei grandes variações em relação aos procedimentos utilizados. Com exceção da Conferência Nacional, em que o voto foi eletrônico, em todas as outras, foi feito o uso de cédulas impressas em papel.<sup>14</sup> Já nas eleições de propostas, houve uma variedade maior de procedimentos. Identifiquei três tipos distintos de votação, que são retratadas na Figura 2. O método mais frequente foi a votação com o crachá. A maneira ideal de se conduzir essa votação é a seguinte: o coordenador dos trabalhos lê a redação da proposta, fala “em regime de votação” (o que significa que, a partir daquele momento e até o encerramento da votação, não é mais possível solicitar destaques ou questões de ordem) e pede que os delegados a favor levantem seus crachás. Na sequência, o coordenador pede que os delegados contrários à proposta levantem seus crachás. No caso de a diferença ser visível a olho nu, ele declara o resultado da votação “por contraste visual”. Caso a quantidade de votos seja próxima e não seja perceptível, à primeira vista, qual a posição ganhadora, procede-se à contagem dos votos, abaixando as mãos dos delegados, um a um, a medida que seus votos forem contabilizados. A votação com crachás foi o procedimento utilizado nos sub-eixos e eixos de todas as conferências que acompanhei, assim como nas plenárias finais da Conferência Municipal de Curitiba e da Conferência Estadual do Paraná.

Para a plenária final da Conferência Municipal de São Paulo, contudo, lançou-se mão de um procedimento inovador, que visava diminuir o tempo total de votação, pois sabiam que a conferência seria bastante volumosa. O mesmo procedimento foi apropriado pela organização da Conferência Estadual de São Paulo, que o utilizou também em sua votação final. Nesses casos, votou-se da seguinte maneira. As propostas aprovadas nos quatro eixos foram impressas e expostas em painéis dispostos no saguão do local onde a conferência acontecia. Cada delegado recebeu uma cartela com um conjunto de adesivos em formato circular, que foram descritos como “bolinhas”, e que representavam votos. Na Conferência Estadual de São Paulo, por exemplo, deveriam ser eleitas 24 propostas estaduais e 16 propostas federais, então, foi entregue a cada delegado dois conjuntos de adesivos de cores distintas; 24 de uma cor para votar em

---

14 Contudo, houve diferenças nas regras de quem poderia se inscrever como candidato, de cotas ou reserva de vagas (segundo etnia, gênero ou faixas etárias específicas), e também do número de votos a que cada delegado teria direito. A definição dessas regras, feita nos regimentos internos, foi objeto de intensas disputas durante as plenárias de abertura das conferências que acompanhei.

propostas estaduais e 16 de outra, para votar em propostas federais. Caso preferisse, o delegado poderia colocar todas suas bolinhas em uma única proposta, ou então distribuí-las entre várias. Após o período de tempo dedicado à votação, a equipe de organização da conferência contabilizava o número de votos recebidos em cada proposta, e o resultado final era anunciado para a plenária final que, reunida, referendava o resultado por aclamação.

Finalmente, na etapa final da Conferência Nacional de 2013, houve o já referido recurso à “votação eletrônica”. Para essa ocasião, cada delegado presente e regularmente inscrito recebeu uma cópia impressa com o conjunto de propostas finais eleitas na etapa anterior. Utilizando essa cópia impressa, que apresentava as propostas aprovadas numeradas e classificadas por eixo, os delegados puderam conhecer e avaliar as formulações das propostas produzidas durante a conferência, e votaram através de um aplicativo que fora instalado em *tablets*.

**Sistematização.** Se a votação é o momento público e reconhecidamente político de “filtrar” propostas, a sistematização é muito menos visível, pois é realizada previamente às conferências estaduais e nacional, pelos seus respectivos organizadores. Quer dizer: é um procedimento que está em mãos dos órgãos gestores de cultura. Prevista no regimento geral de um ciclo de conferências, o objetivo da sistematização é reduzir o número de proposições que chegam às conferências estaduais e à nacional, de modo a que, com um conjunto menor de propostas, a discussão possa ser qualificada. Ela implica uma série de mecanismos de “consolidação”, unificando formulações iguais ou parecidas, o que resulta em uma intensa manipulação e modificação das redações aprovadas nas conferências anteriores. Na III Conferência Nacional de Cultura, por exemplo, chegaram ao Ministério 1.409 propostas (vindas das conferências estaduais, da distrital e das livres) que, após a sistematização, ficaram reduzidas a 614. Apesar de ser uma etapa crucial na transformação das propostas, a sistematização é tida como procedimento de caráter técnico. Em alguns casos, a equipe responsável por esse trabalho é composta por funcionários do órgão gestor; em outros, são profissionais contratados especialmente para trabalhar na conferência.<sup>15</sup>

---

15 É praxe que uma via impressa do conjunto final seja entregue a cada delegado, pois esse “caderno de propostas” é o principal material manipulado durante os trabalhos em uma conferência. No caso da Conferência Estadual de Cultura de São Paulo, a sistematização consolidou as mais de 4.000 propostas recebidas das conferências municipais em um total de 679 propostas. Já na Conferência Estadual de Cultura do Paraná, a equipe da Secretaria Estadual de Cultura não preparou a sistematização e tampouco entregou cópias impressas das propostas vindas dos municípios. Funcionários da secretaria reagiram surpresos à demanda de alguns participantes pela entrega

No Caderno de Propostas/CP entregue aos participantes durante a última etapa da III Conferência Nacional de Cultura, o Ministério explicitou as operações compreendidas pelo trabalho de sistematização realizado para a etapa nacional: (i) classificação das proposições por eixos e sub-eixos – o que incluía o deslocamento “para outros [eixos ou sub-eixos] mais pertinentes ao tema discutido, segundo critérios da equipe técnica”; (ii) agrupamento de propostas segundo temáticas, “visando retratar a ideia central contida em sua redação”; (iii) desmembramento de propostas que tratavam de temas pertinentes a sub-eixos distintos, “preservando, no entanto, sua identidade”; (iv) aglutinação e mescla de propostas com o mesmo teor. O texto ressalta ainda que “nenhuma proposição foi descartada nesse processo”, mas que propostas de abrangência estritamente estadual e local não foram contempladas, ou foram agrupadas com outras de âmbito nacional (MinC, 2013c, p. 38).

Para se ter uma ideia da intensidade da manipulação das proposições realizada pela equipe de sistematização, há casos em que uma única proposta presente no CP foi resultado da consolidação de vinte e uma proposições distintas, vindas de várias conferências estaduais e conferências livres. O Ministério teve um cuidado especial na publicização da metodologia utilizada nesse processo, na clara intenção de legitimar o processo, e de evitar acusações de que propostas tenham sido perdidas ou eliminadas. Cada proposta presente no CP indicava, ao seu final, o conjunto de proposições que deram origem à redação final. No CP, ensinava-se também a ler a codificação utilizada na identificação das propostas originais, assinalando qual a conferência de origem e o número que lhe fora atribuído no relatório recebido pelo Ministério.<sup>16</sup>

**Redação e consolidação.** Finalmente, o terceiro procedimento que operava a redução de propostas durante um processo de conferências foi o trabalho de redação e de consolidação feito por delegados durante os GTs. Apesar de a metodologia não prever a maneira como cada grupo devia proceder para reformular e eleger as propostas que eles enviariam à próxima etapa, em todas as conferências que acompanhei, vi surgir a mesma dinâmica: um pequeno grupo de pessoas assumia a responsabilidade de “juntar” duas ou mais propostas que versavam sobre temas similares ou compatíveis, e

---

impressa das propostas sistematizadas. Aqueles alegaram que imaginavam ser trabalho dos delegados trazer as propostas eleitas em suas conferências de origem. Tal fato, duramente criticado, foi considerado uma falha grave, e foi atribuído à inexperiência dos gestores no tocante a conferências.

16 Pude verificar que o esforço do Ministério em explicitar a metodologia utilizada na sistematização e em garantir que “nenhuma proposição foi descartada nesse processo” não foi excesso de cuidado; as pessoas procuraram identificar, no CP, as proposições aprovadas em suas conferências de origem.

trabalhavam nessa tarefa em paralelo ao grupo maior, que dava prosseguimento à votação ou à discussão de outras proposições. A ideia, claramente, era “salvar” propostas: uma vez que o número de proposições que podiam ser eleitas em cada etapa era restrito, procurava-se ao máximo consolidar várias em uma formulação única.

\* \* \*

Há uma percepção diferenciada em relação ao caráter “político” ou “técnico” desses vários procedimentos. Enquanto a eleição é clara e unanimemente tida como política, a sistematização é pensada como técnica – o que justifica a insistência de que ela não pode, sob hipótese alguma, fazer uma avaliação de mérito das propostas, nem optar pela exclusão de qualquer uma delas, por pior que seja considerada sua redação ou a proposição em questão. Já o trabalho de redação e consolidação das propostas durante dos GTs não costuma ser associado a um único desses termos, e parece ser ocasião de encontro daquilo que é tido como técnica e como política: ele é, sem sombra de dúvidas, o momento de uma conferência que oferece maior espaço para a discussão de propostas, argumentos e conteúdos, e é por isso mesmo muito valorizado. O trabalho nos GTs, portanto, é o momento em que delegados podem exercer um tipo de ação política que é a própria razão de ser das conferências: a de participar na elaboração e na avaliação das políticas culturais.<sup>17</sup>

Contudo, se em alguns casos há a insistência em distinguir o caráter técnico ou político de determinados procedimentos, quando atentamos para seus efeitos, e para os usos que deles são feitos, percebemos que ambas dimensões estão sempre presentes. A importância e o efeito de aspectos formais e metodológicos era reconhecida por muitos – era comum, por exemplo, que participantes avaliassem tarefas desempenhadas por funcionários contratados (não por delegados) mas que sabiam ter importância para os resultados da conferência (era o caso da condução das discussões, também chamada de “mediação”; ou da relatoria, que é a ação de registrar, em texto, as discussões e proposições que vão sendo construídas no debate). De maneira simétrica, a “discussão política” não prescindia da técnica: quando delegados (atores “políticos” por excelência nas conferências) redigiam ou consolidavam propostas, saberes técnicos mostraram ser de grande valia, e foram muito valorizados. Particularmente, foram apreciadas formulações que demonstrassem uma boa compreensão do funcionamento do Estado e do

---

17 Como disse anteriormente, uma das fontes de legitimidade de conferências é o fato de elas serem vistas como ocasiões que propiciam “discussões qualificadas” – isso, quando “bem organizadas”.

estágio das políticas públicas para a área em questão, e que dessem conta também das agendas dos coletivos e de manifestações culturais objetos das propostas discutidas.<sup>18</sup>

É significativo que muitos delegados tenham adquirido esse “conhecimento técnico” em função de uma atuação declaradamente política: é o caso daqueles que, sem contar com experiências anteriores de contato mais direto com o Estado, encontraram na participação em fóruns permanentes como conselhos ou colegiados de cultura a ocasião de aprender sobre o funcionamento da máquina estatal, sobre a situação das políticas culturais no país, e sobre modos e linguagens adequados e eficazes para encaminhar demandas e para dialogar com o Estado. Assim, se técnica e política são distinguidos no contexto discutido, elas estão relacionadas. É justamente por terem reconhecida sua eficácia em influenciar nos resultados de uma conferência que procedimentos pensados como técnicos foram objeto de atenção e de intensas disputas.<sup>19</sup>

Que desenhos institucionais, metodologias ou modelos organizacionais influenciem nas dinâmicas, nos processos e nos eventos que eles compreendem não é exatamente uma novidade – distintas tradições de pesquisa afirmam isso.<sup>20</sup> A

---

18 Algumas das discussões que acompanhei em GTs de conferências foram particularmente meticulosas, marcadas pela busca de precisão conceitual e pelo diálogo tanto com referências técnicas e acadêmicas, quanto com marcos regulatórios nacionais e internacionais. O domínio de saberes e linguagens ditos técnicos foi especialmente útil quando do trabalho de juntar proposições distintas, pois ele permitia a operação de transformação de várias demandas particulares em uma demanda geral, “salvando”, assim, proposições – tal como no exemplo antes citado, em que diversas propostas municipais que solicitavam a construção de teatros, museus ou bibliotecas em cidades pontuais foi transformada em uma proposta de caráter nacional que demandava uma “política nacional de estímulo à criação de equipamentos culturais em municípios brasileiros de pequeno e médio porte”.

19 Representantes da sociedade civil procuraram participar de comitês e comissões organizadoras de conferências, com vistas a influenciar em aspectos como o tempo dedicado para as discussões, a proporção de tempo-número de propostas-número de delegados em cada GT, regras e procedimentos para apresentação de candidaturas e para votação em delegados e em propostas, entre outros. Também nos outros espaços participativos foi possível identificar esses esforços em influenciar nos desenhos institucionais. No Conselho Nacional de Políticas Culturais, por exemplo, vi representantes da sociedade civil criticarem pautas carregadas de “informes”, pois estas eram atribuídas à intenção do Ministério de evitar discussões e disputas e eram tidas como modos sutis de esvaziar o Conselho sem que, oficialmente, seus trabalhos fossem interrompidos. De maneira semelhante, representantes de setores das chamadas culturas populares criticavam editais considerados “extremamente burocratizados” pois, afirmavam, participam de um modelo excludente e inadequado para o setor, uma vez que seus grupos e manifestações culturais seriam avessos a esse tipo de formalização.

20 Na Antropologia, meu trabalho terminou por dialogar de maneira mais direta com a produção de Anelise Riles e outros trabalhos sobre burocracia (Hull, 2012; Riles, 2000 e 2006). Nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia e na Ciência Política, há todo um campo dedicado ao estudo dos efeitos de desenhos institucionais sobre instâncias de participação social. O artigo de Priscila Lima (2014) pode ser utilizado como breve introdução ao tema. Segundo a autora, o desenho institucional tem sido considerado um dos fatores mais relevantes a caracterizar as práticas democráticas, pois ele “pode apontar quem está participando, quais assuntos são debatidos nas reuniões, como as discussões são feitas, com que frequência os participantes se reúnem para discutir sobre os assuntos, o porquê das escolhas de determinados temas, o empoderamento dos atores que participam e o monitoramento de questões relativas à discussão pública” (Lima, 2014, pp. 100-101). Para outra referência geral sobre o tema, ver também Faria e Ribeiro (2011).

contribuição do caso aqui apresentado é a de mostrar que isso é sabido e instrumentalizado, e que os usos das metodologias fazem parte de saber fazer “política”. Ele também ajuda a iluminar o fato de que análises sobre a eficácia de aspectos e procedimentos formais, processuais e metodológicos tem muito a ganhar ao evitar formalismos ou abordagens deterministas, e ao investir em análises que atentem tanto para os efeitos de determinado desenho ou modelo organizacional como para os usos que deles são feitos. Pois, se metodologias de trabalho e desenhos institucionais modelam espaços e os processos que estes abrigam, eles próprios são produtos de negociações e disputas – e, frequentemente, a escolha por um ou outro modelo é feita com alto grau de consciência em relação a seus efeitos.

### **Referências:**

- AMARAL, R. 2011. *Festa “à brasileira”*. São Paulo: e-Books Brasil (e-book).
- AVRITZER, L. 2013. “Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. Avritzer; L. Souza, C. (orgs.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília : Ipea, 2013.
- FARIA; RIBEIRO. 2011. “Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo.” In: PIRES, R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. 1 ed. Brasília: IPEA, 2011, v. 7, p. 125-136.
- GINZBURG, Carlo. 2001. “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”. In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GÓES. 2003. *O Clube das Nações. A Missão do Brasil na onu e o Mundo da Diplomacia Parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP.
- HULL, Matthew. 2012. “Documents and Bureaucracy”. *Annu. Rev. Anthropol.* 41:251–67.
- IPEA. 2012. *Nota técnica: Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais*. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia; Nota técnica: Nº 2, 2012. Brasília, IPEA; Secretaria-Geral da Presidência da República.
- LIMA, Priscila. 2014. “O desenho institucional e as instituições participativas: conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos ”. *Revista Contraponto*, vol. 1 n. 1, jan./jul. 2014.
- MINC. 2007. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. MinC: Brasília.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: SNC/SAI/MinC.

MUNIAGURRIA, Lorena. 2016. *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura*. São Paulo: PPGAS/USP (tese de doutorado).

PEREZ, L. “Festa para além da festa”. In: AMARAL, L.; PEREZ, L.; MESQUITA, W. 2012. *Festa como perspectiva em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.

PNC. 2011. “Plano Nacional de Cultura, Lei 12.343”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/> Acessado em 29/08/2011.

POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. 2011. “Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.54, no 3, 2011, pp.259 a 305.

RILES, Annelise. 2000. *The network inside out*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

\_\_\_\_\_ (org). 2006. *Documents: artifact of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

SNAS. 2013. *Participação social: Conferências Nacionais 2013-2014*. Material de divulgação da Secretaria Nacional de Articulação Social e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília.

TABBUSH, Constanza. 2005. “Civil Society in United Nations Conferences: A literature Review”. In: Civil Society and Social Movements Programme Paper, Number 17, United Nations Research Institute for Social Development.

VIANNA, Catarina. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar.